

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
BIBLIOTECA PROF. BERNARDINO JOSÉ DE SOUZA
“INFORME SEBIB Nº. 01”

A Seção de Biblioteca recebeu os seguintes periódicos:

REVISTA DIALÉTICA DE DIREITO PROCESSUA Nº 46 – jan./2007

SUMÁRIO

- Condições da ação na reconvenção – *Daniel Amorim Assumpção Neves*
- Tutela do crédito e limites à criação de títulos executivos pelo Poder Legislativo – o caso da cédula de crédito bancário (Lei nº 10.931/04) - *Eduardo Henrique de Oliveira Yoshikawa*
- Defesa do executado. Ação autônoma de conhecimento envolvendo questão prejudicial – *Francisco Weber Uchoa Melo*
- A sentença liminar de improcedência, os requisitos para que seja proferida e os limites da apelação interposta contra ela – *Gledson Marques de Campos*
- Os julgamentos das Cortes de Contas e a condição objetiva de punibilidade na ação de improbidade administrativa – *Napoleão Nunes Maia Filho*
- Julgamento imediato pelos tribunais: a regra do parágrafo 3º do art. 515 do CPC – *Pedro Miranda de Oliveira*
- Embargos declaratórios em ação direta de inconstitucionalidade e a omissão quanto ao exame do artigo 27 da Lei nº 9.868/99: breves considerações – *Péricles Prade*
- Fungibilidade das tutelas de urgência– *Rafael Lopes do Amaral*

Parecer

- *Sentença substitutiva de declaração de vontade: Natureza e Função – João Batista Lopes*

REVISTA DIALÉTICA DE DIREITO TRIBUTÁRIO Nº. 136 – jan./2007

SUMÁRIO

- A desregrada aplicação do art. 166 do Código Tributário Nacional como “matéria-prima” da reprovável “indústria da inconstitucionalidade útil” – *Alexandre Macedo Tavares*
- O repetro e os limites jurídicos à sua aplicação – *André Parmo Folloni*
- A questão da competência para exigir o ICMS na importação de bens do exterior: análise à luz do RE nº 268.586- 1/SP da 1ª Turma do STF – *Guilherme Cezaroti*
- O STF e a responsabilidade do agente público por danos ao contribuinte – *Hugo de Brito Machado*
- Certidão negativa e recebimento de precatório – *Hugo de Brito Machado Segundo e Raquel Cavalcanti Ramos Machado*

- Existe um princípio da tipicidade no Direito Tributário? – *Sergio André Rocha*
- A tributação do ato ilícito e a viabilidade do tratamento diferenciado ao contribuinte que atua ilicitamente – *Tiago de Menezes Conceição*

Pareceres

- O princípio da não-cumulatividade no IPI – inteligência da Lei n. 9.779/99 em face do princípio – direito ao aproveitamento do crédito de tributos em operações finais imunes, isentas ou sujeitas à alíquota zero – *Ives Gandra da Silva Martins*
- Da inexigibilidade de ICMS no transporte rodoviário intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros – *Sacha Calmon Navarro Coêlho e Misabel Abreu Machado Derzi*

Os exemplares estão disponíveis para consulta dos interessados.

Salvador, 19 de janeiro de 2007.